

# Ministro do TST faz correição no TRT-MA

Por Suely Cavalcante

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, realiza, de 27 a 30 de abril deste ano, correição periódica ordinária no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), conforme edital da Corregedoria Geral. A correição é feita nos Tribunais do Trabalho para a verificação do andamento dos processos, regularidade dos serviços, observância de prazos e Regimento Interno. O procedimento está previsto no art. 6º, inciso III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da JT.

Durante a correição, o ministro também recebe reclamações correicionais. No primeiro

dia, o corregedor recebeu jurisdicionados, advogados e demais interessados em informações ou para fazer reclamações sobre o andamento de processos que tramitam na Justiça do Trabalho do Maranhão. As reclamações também podem ser encaminhadas para a Corregedoria Geral, em Brasília, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O resultado da correição e recomendações feitas pelo ministro-corregedor serão registrados em ata correicional que será lida, durante reunião pública, realizada no Tribunal Pleno. Na correição realizada em fevereiro do ano passado, por exemplo, o então corregedor-geral, ministro João Oreste Dalazen, recomendou que

fosse alterada a jurisdição da Justiça Trabalhista para a inclusão 34 municípios que estavam sem a cobertura desta Justiça especializada no Estado. A alteração foi aprovada pelo Tribunal Pleno em março e, desde então, a jurisdição da Justiça do Trabalho abrange os 217 municípios maranhenses.

Na época, o corregedor também elogiou iniciativas do TRT-MA como a realização do II Concurso de Monografia que, segundo ele, aproxima a JT do usuário, assim como a implantação do Juízos Auxiliares de Execução e Precatórios, cujas atividades têm contribuído para dar mais efetividade à prestação jurisdicional no Maranhão.

## JUSTIÇA EM NÚMEROS

### JT-MA: menor despesa por habitante

O TRT -MA é o que tem o menor gasto com despesa total por habitante na Justiça Trabalhista do país. Enquanto a média nacional dos tribunais regionais foi de 43,35%, no TRT maranhense esse valor foi de 14,66%. Os dados são do relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que fez um diagnóstico sobre as condições de trabalho, o desempenho e as despesas do Judiciário em 2007.

Os valores apresentados no relatório, divulgado no fim de fevereiro deste ano, são resultados da divisão do orçamento executado pelo número de habitantes em cada jurisdição, avaliada para os ramos das justiças Estadual, Trabalhista e Federal. Os dados fazem parte do "Justiça em Número", um levantamento realizado anualmente pelo CNJ, que demonstra indicadores estatísticos do Poder Judiciário.

O presidente do TRT, desembargador Gerson de Oliveira, disse que um dos fatores que contribui para conter gastos no Tribunal é manter, praticamente, o mesmo quadro de magistrados e servidores desde a sua criação, bem como as sucessivas medidas administrativas para racionalizar custo. Entretanto, ele admite que, em razão da demanda, é preciso criar novos cargos. Segundo o magistrado, desde o primeiro semestre do ano passado o TRT do Maranhão passou a atender 100% dos municípios. "Isso significa dizer que, se aumenta a demanda, é necessário ampliar o quadro sob

pena de cair a taxa de efetividade", argumentou. Para o desembargador, os Tribunais precisam trabalhar com planejamento de curto, médio e longo prazo. Ele argumenta que o orçamento vem acompanhando as necessidades da instituição. Segundo o Relatório de Execução de Despesas do TRT-MA, em 2007, o orçamento executado foi de R\$ 115,6 milhões. Em 2008, foi de R\$ 142,3 milhões. No Maranhão, não chega a um magistrado (0,8) para atender a cada 100 mil habitantes. "Por isso, os tribunais instalados em regiões de grandes dimensões territoriais têm um custo maior. Isso não significa dizer que eles não prestam um bom atendimento; apenas têm mais dificuldades para dar conta de solucionar o processo pelas dimensões geográficas", defendeu o presidente.

O magistrado acentua que o acesso à Justiça é um direito do cidadão. "Não se trata de gasto, mas de um investimento que o Estado faz em favor da paz social", reconheceu. Segundo ele, no caso específico da Justiça do Trabalho, o retorno para a sociedade se dá de várias formas, entre elas, pela distribuição de renda. "Cada processo solucionado representa mais dinheiro que circula no comércio, no pagamento de dívidas; e mais recursos recolhidos por meio do imposto de renda e previdência social para os cofres da União, que retornarão à sociedade em forma de benefícios", concluiu o presidente do TRT.

## Nossa Memória

Desde a promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, de 08.12.2004, a Justiça do Trabalho teve sua competência aumentada e passou a julgar todas as ações oriundas da relação de trabalho, em vez de apenas as referentes às relações de emprego. Os juízes do Trabalho estão aptos para analisar todos os litígios decorrentes da relação de trabalho, com exceção dos que envolvem funcionários públicos estatutários e ocupantes de cargo em comissão. Compete, ainda, à Justiça Trabalhista analisar os litígios sindicais, ações que envolvam o exercício do direito de greve, mandados de segurança, habeas corpus, habeas data de matéria sujeita à jurisdição da JT, a ação de indenização por dano moral ou patrimonial decorrente da relação de trabalho, as multas administrativas aplicadas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II (CF-1988), e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir e os litígios que tenham origem no cumprimento de seus próprios atos e sentenças.



Justiça do Trabalho tem julgado ações de dano moral

# PARÁGRAFO

# UNICO

ANO XVI - Nº 77 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO

**R\$ 74.306.842,12**  
**repassados aos**  
**reclamantes**

**33 dias, em média, para julgar**  
**reclamações em 2008, nos**  
**processos de rito sumaríssimo**

**QUESTÃO DE JUSTIÇA**

**Mais de 21 mil processos**  
**solucionados pelas Varas Trabalhistas**

## EXPEDIENTE

Boletim Informativo do TRT da 16ª Região - Maranhão  
Ano XVI - nº 77 - Março /2009

Av. Senador Vitorino Freire, 2001  
CEP: 65030-015 - São Luís-MA  
Telefones: (98) 2109-9307/9443

E-mail: ascom@trt16.gov.br

**Presidente**  
Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

**Vice-Presidente**  
Márcia Andrea Farias da Silva

**Diretor-Geral**  
Domingos Carlos dos Santos Neto

**Secretário Geral**  
Júlio César Guimarães

**Coordenação**  
Edvânia Kátia

**Edição:** Valquíria Santana

**Jornalistas**  
Edvânia Kátia  
Wanda Cunha  
Suely Cavalcante  
Valquíria Santana

**Estagiário de Jornalismo**  
Paulo de Tarso Júnior

**Fotos:** Ascom, Romeu Ribeiro e Ailton Baren

**Diagramação:** DJ Mizaél Melo

**Revisão:** Wanda Cunha

**Fotolito e Impressão:**  
Gráfica Gênese (98) 3231 8199

O Serviço de Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão iniciou este mês a publicação de uma série de reportagens sobre os indicadores de desempenho das 21 Varas Trabalhistas no ano de 2008. A partir dos dados do Boletim Estatístico Anual, compilados pela Corregedoria do TRT-MA, foram destacados os itens reclamações recebidas, processos solucionados, número de audiências realizadas, valores pagos aos reclamantes, valores repassados aos cofres da União, redução de prazos dos ritos sumaríssimo e comum, as atividades da Vara Itinerante e do projeto Conciliar, entre outros.

Nessa mesma linha, o Serviço de Comunicação, com o apoio da equipe da Corregedoria, está fazendo um balanço geral dos resultados alcançados pelas Varas trabalhistas e pelo TRT ao longo dos seus 20 anos de existência. A reportagem completa sobre o assunto será publicada no Parágrafo Único, na edição de abril. Ao adotar essa linha editorial, pretende o Serviço de Comunicação dar transparência aos resultados alcançados e, ao mesmo tempo, estimular a melhoria dos indicadores.

O TRT do Maranhão é hoje o órgão do Poder Judiciário Trabalhista que também tem o menor custo do país (14,66%), enquanto a média nacional dos tribunais regionais foi de 43,35%, conforme relatório do CNJ relativo a 2007. O TRT-MA tem um dos menores quadros de pessoal e uma demanda crescente de processos. Para os jornalistas da equipe de comunicação do Tribunal, tem sido gratificante disponibilizar ao leitor, de forma clara, esses números. Ao fazermos essa viagem ao longo de 20 anos, procuramos mostrar ao cidadão as atividades da Justiça do Trabalho no Maranhão para otimizar a prestação jurisdicional e aproximar cada vez mais a Justiça da população. Com o esforço de todos aqueles que fazem a Justiça do Trabalho, temos dado à sociedade as respostas demandadas. Só para se ter uma idéia, ao longo de muitos anos, sempre foi dito que a Justiça do Trabalho é a "Justiça do Trabalhador". Pesquisando os dados estatísticos, verificamos que as decisões procedentes em parte foram as que tiveram mais expressividade, isso significa que a decisão judicial favorece reclamantes e reclamados, trabalhadores e empregadores, indistintamente.

## PERFIL

## Poucas palavras e muita ação

Por Edvânia Kátia

Ele é um homem de poucas palavras e muita ação. Quem já trabalhou ou trabalha com ele, sabe que uma de suas características é a concentração. Quando chega pela manhã, ao trabalho, logo se senta em frente ao computador e usa todo o tempo que tem para dar conta do recado. Se ninguém chamar sua atenção duas ou três vezes, ele vai embora, sem olhar para os lados. O nosso perfil do mês é Pedro Coimbra, um exemplo de dedicação à Justiça do Trabalho, que, como muitos outros servidores, vem, ao longo dos anos, colaborando para o crescimento da instituição. Como ele mesmo diz: "foco nos bastidores".

Pedro Coimbra é técnico judiciário e está cursando Direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Começou sua história na Justiça do Trabalho do Maranhão na Vara do Trabalho de Imperatriz, em 16 de fevereiro de 2004 e, hoje, está lotado na Folha de Pagamento. Juntamente com os colegas Ângela de Carvalho Craveiro, Cássio Murilo Moreira Sousa, Euvaldo Mello de Moraes Rego, que é o atual chefe da equipe, precisa mesmo de muita concentração para não errar. Afinal, eles são os responsáveis pelo processamento da Folha de Pagamento dos Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho no Estado, e ele não esconde o orgulho de trabalhar na equipe. "Gostaria de parabenizar a todos pela dedicação aos serviços prestados", destacou.

Ele diz que é uma honra e privilégio

de poucos fazer parte dessa grande família. "Por isso, não meço esforços para melhorar cada vez mais meu trabalho", afirmou. Dever ter sido este espírito que o levou a ser um dos colaboradores do projeto Banco de Ideias, que vem sendo desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho desde 2007.

Pedro Coimbra sugeriu à administração que o TRT-MA pudesse se adequar à Lei 11.416/06 (PCS do Judiciário), implementando um projeto de educação a distância para beneficiar os servidores do interior do Estado. Sugeriu ainda que fossem celebrados convênios com entidades ou disponibilizados na intranet cursos oferecidos no Tribunal. A proposta foi aprovada e está em implementação.

Ele diz que ficou satisfeito porque sua proposta foi implementada. "Quando fiz a proposta, pensei na capacitação do maior número de servidores, com baixo custo para a instituição. Sabemos que poucos participam de cursos, porque grande parte se encontra no interior do Estado, o que dificulta a participação em capacitações na capital. Fiquei muito feliz com o desenvolvimento da idéia. Isso mostra que a administração está atenta para capacitar e aprimorar o seu 'corpo humano'", finalizou.



## Fórum Astolfo Serra tem nova sede

Uma nova sede do Fórum Astolfo Serra (sede das Varas Trabalhistas de São Luís), na avenida Senador Vitorino Freire, próximo ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral, será inaugurada no dia 30 de abril deste ano, às 18h. Em virtude da inauguração, as atividades administrativas e judiciárias do Fórum e os prazos judiciais ficam suspensos no período de 27 de abril a 8 de maio deste ano.

A suspensão foi definida pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MA), desembargador Gerson de Oliveira, e juizes das Varas Trabalhistas da capital, durante reunião realizada na Presidência do Tribunal, no dia 16 deste mês, conforme Ato do Gabinete da Presidência nº 042, de 20 de março de 2009.

De acordo com o presidente, a suspensão de atividades e prazos é necessária para que seja feita a mudança para o novo prédio. O desembargador explicou que os usuários não serão prejudicados, uma vez que as audiências

previstas para esse período serão adiadas e remarcadas para imediatamente após a retomada das atividades. Ele explicou ainda que o novo prédio oferecerá mais conforto e comodidade para usuários, magistrados e servidores.

A programação de mudança e inauguração do novo Fórum será feita em três etapas. A primeira, no período de 27 a 30 de abril de 2009, será para preparação e seleção dos processos e equipamentos que serão encaminhados à nova sede; no dia 30 de abril, será realizada a segunda etapa com a solenidade de inauguração do Fórum; e a terceira, no período de 4 a 8 de maio, é a etapa da mudança, transporte e organização dos processos e equipamentos para o novo prédio.

A nova sede do Fórum Astolfo Serra tem cinco andares: térreo, sobreloja, 1º, 2º e 3º andares. Todos os pavimentos terão áreas de espera e um sistema de climatização por meio de split. As instalações serão adaptadas para facilitar o acesso aos portadores de deficiência e de pessoas com dificuldade de locomoção.

## INCLUSÃO

## Servidores são capacitados em curso de Libras

Por Edvânia Kátia

Servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão participaram, em março, do Curso de Libras, uma iniciativa do Programa de Capacitação e Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores, desenvolvido pela Diretoria Administrativa do Tribunal. O curso faz parte das ações estratégicas da Justiça do Trabalho no Estado para o atendimento e inclusão dos portadores de deficiência. A segunda etapa desse processo será a contratação de deficientes auditivos e de um intérprete para atuarem nas Varas do Trabalho da capital.

O curso também será ministrado aos servidores do interior do Estado. O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, disse que o objetivo é proporcionar a inclusão social. "Temos investido em ações de responsabilidade social. Além da adaptação dos prédios aos portadores de deficiência, da prioridade na



tramitação processual, agora estamos capacitando nossos servidores para o atendimento aos surdos-mudos", afirmou.

O projeto foi deflagrado pela Secretária-Geral da Presidência em julho do ano passado, após sugestão feita pela servidora Carolline Campos, da Vara do Trabalho de Caxias, ao Banco de Ideias da Justiça do Trabalho. Como explica o secretário-geral da Presidência, Júlio César Guimarães, o TRT já vinha desenvolvendo estudos no sentido de implementar cursos de capacitação da Língua Brasileira

de Sinais (Libras). "A proposta veio somar aos objetivos estratégicos do TRT", disse.

Segundo a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. A mesma lei diz que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva.

A lei foi regulamentada pelo decreto 5.296, de 2004, que determina que as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado.



Foto: Edvânia Kátia

## Palhaço

O palhaço tem uma função primordial na vida: fazer as pessoas sorrirem. Este profissional tem a capacidade de tornar alegres as situações mais difíceis e rir da própria dor. A profissão é uma das mais antigas da humanidade. Historiadores afirmam que eles já existiam nas cortes dos imperadores chineses, assim como em muitas tribos indígenas da América do Norte. Já o palhaço tradicional, que pinta o rosto de branco, é originário do teatro grego e tem mais de 2000 anos. A pintura servia para identificá-lo melhor nos espetáculos, uma vez que na época não havia luz elétrica. Os palhaços trabalham por conta própria, apresentando-se em eventos nos shoppings, espaços abertos, ou em circos, como contratados. A profissão é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O Dia do Palhaço é comemorado em 10 de dezembro; e, no dia 27 de março, comemora-se o Dia do Circo.



O CNJ, em sessão do dia 17 de março deste ano, aprovou a criação de duas Varas do Trabalho no âmbito do TRT do Maranhão; de quatro cargos de juiz, dentre os quais dois de juiz substituto; e de três cargos de analista judiciário na área de Execução de Mandados para composição dos quadros das Varas criadas. O acórdão, publicado no Diário da Justiça do dia 25.03, refere-se ao Anteprojeto de Lei 2008.10.00.002025-9, por meio do qual o TRT do Maranhão requereu a criação das Varas. O anteprojeto segue para o Congresso Nacional. A última vez que o Tribunal solicitou a criação de Varas foi em 2003, quando foram criadas as Varas de São João dos Patos, Pedreiras, Presidente Dutra, Timon, Barreirinhas, Estreito e 5ª e 6ª VT's de São Luís.



Este mês o presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, e o superintendente da Caixa Econômica Federal no Estado, José Carlos Nunes Júnior, firmaram parceria para concessão de crédito imobiliário aos servidores do Tribunal. Em novembro do ano passado, a CEF assinou convênio com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a concessão de crédito aos servidores públicos federais ativos e aposentados e pensionistas. O financiamento poderá ser para imóvel residencial novo, usado e construção de unidade isolada e na planta, com taxa de juros pós-fixada. A margem vai de 80% a 100% do total da avaliação de compra e venda. O convênio prevê ainda condições especiais para aquisição de produtos da área comercial como Construcard Caixa e Consórcio Imobiliário e Auto.

O deputado federal Flávio Dino (PCdoB/MA) deu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.406/2007, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas do TRT-MA. O projeto prevê a criação de 119 cargos de provimento efetivo (67 de Analista Judiciário e 52 de Técnico Judiciário), 5 cargos em comissão e 64 funções comissionadas. O projeto seguiu para apreciação no Senado.



A Câmara Municipal de São Luís aprovou Moção de Aplauso ao presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, pela implantação, em fevereiro deste ano, do Projeto "Rompendo Distâncias", com a realização do curso virtual "Gestão de Conflitos", com a tutora Rosely Vieira, servidora do Tribunal. O projeto é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que visa oferecer aos magistrados e servidores do Judiciário Trabalhista de todo o país melhores condições de capacitação e aperfeiçoamento, via Internet. "A moção justifica-se em reconhecimento ao grande empenho e seriedade com que o TRT-16ª Região, por meio do seu presidente, vem tratando da qualificação dos seus servidores", afirma o documento da Câmara Municipal. A moção foi proposta pelo vereador Lourival Mendes.

A Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão (Amatra XVI), em parceria com o TRT-MA, iniciou no dia 20 deste mês o projeto Direito em Debate, com palestra da juíza titular da 61ª Vara do Trabalho de São Paulo, Thereza Christina Nahas, no auditório do Tribunal. A magistrada abordou o tema "Tutela Antecipada e Competência da Justiça do Trabalho". As ações do projeto visam à capacitação e aperfeiçoamento dos magistrados trabalhistas no Estado. A palestra também integrou a programação do curso de formação inicial dos juízes substitutos do Trabalho, empossados este mês.



A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Ascamar) passa a receber resíduos descartados doados pelo TRT-MA, que serão vendidos pela associação. O termo de compromisso para a doação foi assinado este mês pelo presidente do Tribunal, desembargador Gerson de Oliveira, e a presidente da entidade, Kátia Pinheiro. Serão repassados materiais como ferro, alumínio, cobre, plástico, bateria de automóvel, óleo queimado, óleo de fritura usado, forros de PVC e carpetes que, se descartados de forma incorreta, causam danos ao meio ambiente. A assinatura do termo marcou as comemorações do Dia Mundial da Água, 22 de março. O TRT antecipou as atividades comemorativas para o dia 20 e, na ocasião, lançou a Campanha Atitude, uma ação do Projeto TRT Ambiental para estimular a adoção de práticas socioambientais por magistrados e servidores.

O TRT-MA aderiu ao movimento mundial "Hora do Planeta" e participou, no dia 30 de março, do ato simbólico realizado mundialmente, e apagou, por 60 minutos, as luzes externas e da portaria do Tribunal, que permanecem acesas no horário da noite. O objetivo do ato foi chamar a atenção da sociedade e demonstrar a preocupação com o aquecimento global. A agência CEF-Areinha que funciona no prédio do TRT também participou do ato, apagando, das 20h30 às 21h30, o letreiro da fachada da agência.



## MAIS JUSTIÇA TRT-MA empossa seis juízes substitutos

Por Suely Cavalcante

A Justiça do Trabalho do Maranhão conta com seis novos juízes substitutos. Os novos magistrados foram empossados no dia 18 de março deste ano e, após curso de formação na Escola Superior da Magistratura do Trabalho no Estado do Maranhão (Esmatra) e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), assumem, no próximo mês de junho, suas atividades nas Varas Trabalhistas de Imperatriz, Balsas, Pinheiro e Santa Inês.

Os novos juízes Roberta de Melo Carvalho, Francisco Xavier de Andrade

Filho, Adriana Leandro de Sousa Freitas, Fernando Luiz Duarte Barboza, Mário Lúcio Batigniani e Alisson Almeida de Lucena, foram aprovados no concurso público concluído pelo TRT-MA em fevereiro deste ano. Inscreveram-se no concurso 768 candidatos, e a primeira prova foi realizada em dezembro do ano passado.

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, durante a solenidade de posse, no Plenário do Tribunal, deu as boas-vindas aos novos magistrados e destacou que o concurso, no qual eles foram vitoriosos, foi realizado com transparência e seriedade.

foi realizado com transparência e seriedade.

O desembargador Alcebiades Tavares Dantas, decano do Tribunal, fez a saudação aos novos magistrados. Ao falar em nome dos seis magistrados que tomaram posse no cargo de juiz, Roberta de Melo Carvalho parafrazeou o constitucionalista Luís Roberto Barroso e disse que a jurisdição trabalhista deve ser exercida como a vida deve ser vivida, com valores, determinação, com uma dose de senso de humor e com humildade.



Juizes participam de treinamento com o diretor da Esmatra, Des. James Magno Farias

Sessão Solene de posse

Juíza Roberta de Melo fala em nome dos empossados

Novos juízes com os desembargadores Gerson de Oliveira e Márcia Andrea Farias

Des. Alcebiades Dantas saudou os novos juízes

Des. Gerson de Oliveira dá as boas-vindas aos juízes

Novos magistrados reúnem-se com o presidente do TRT

**II Concurso de Reportagem da Justiça do Trabalho no Maranhão**

Tema: Justiça do Trabalho, Cidadania e Inclusão Social

Inscrições: 23.03.2009 a 27.08.2009

Projeto Justiça & Imprensa - TRT - MA

Informações: [www.trt16.gov.br](http://www.trt16.gov.br) e pelo fone (98) 2109 9307



## QUESTÃO DE JUSTIÇA

# Varas Trabalhistas solucionaram 21,5 mil ações em 2008

A solução das ações pelas 21 VT's maranhenses resultou no repasse de R\$ 74.306.842,12 aos reclamantes e mais de R\$ 10 milhões aos cofres da União.

Por Suely Cavalcante e Wanda Cunha

**A**s 21 Varas Trabalhistas do Maranhão solucionaram 21.587 processos no ano passado, realizaram 41.661 audiências e receberam 24.075 novos processos. A solução das ações resultou no repasse de R\$ 74.306.842,12 aos reclamantes, valor superior ao de 2007, que foi de R\$ 50,8 milhões. No mesmo período, a Justiça do Trabalho no Estado repassou mais de R\$ 10 milhões aos cofres da União.

Os dados são do Boletim Estatístico compilados pela Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) e disponibilizados no site [www.trt16.gov.br](http://www.trt16.gov.br).

Do total de verbas repassadas aos cofres da União, R\$ 7.584.459,48 são referentes à arrecadação de contribuição previdenciária; R\$ 2.485.614,49 em Imposto de Renda; R\$ 1.095.650,63 em custas processuais; R\$ 99.327,29 em multas aplicadas pela

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e R\$ 20.401,87 referentes a emolumentos.

Para o presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira, o aumento do número de processos solucionados e de valores pagos aos reclamantes no ano passado é reflexo das ações empreendidas pela Justiça do Trabalho no Estado para agilizar e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional no Maranhão. Entre as ações, ele destaca os leilões judiciais, as audiências das varas itinerantes, o trabalho desenvolvido pelos Juízes Auxiliares de Execução e de Precatórios, além das atividades de conciliação estimuladas durante o ano e intensificadas na Semana Nacional de Conciliação, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ocorre em dezembro.

### Maior número de reclamações solucionadas

Com 2.215 reclamações recebidas, 1.984 processos resolvidos e 880 execuções encerradas, a Vara do Trabalho de Imperatriz foi a que mais recebeu, solucionou e encerrou reclamações em 2008, no âmbito da Justiça do Trabalho no Estado. Entres as 15 Varas do interior, foi também a que apresentou maior valor arrecadado aos cofres públicos da União, com um total de R\$ 820.026,62.

Em imposto de renda, Imperatriz atingiu a maior arrecadação, com R\$ 395.598,53, seguida pela 2ª VT de São Luís (R\$ 285.985,57) e pela 6ª VT (R\$ 267.795,21). Só aos reclamantes, a Vara de Imperatriz pagou R\$ 4.782.136,66. As execuções previdenciárias alcançaram uma arrecadação de R\$ 351.901,58; e custas processuais, R\$ 71.513,60.

O Boletim Estatístico também revela que a 4ª VT e a 2ª VT de São Luís ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente, em reclamações recebidas, com 1.724 e 1.719 processos. Em reclamações solucionadas, destacaram-se ainda a 3ª e a 2ª VT's de São Luís, com 1.655 e 1.637, respectivamente. Já a 6ª VT de São Luís alcançou o segundo maior número de execuções encerradas, com um total de 724 processos, seguida pela VT de Pinheiro que encerrou 718. Segundo Relatório Anual de Atividade da Corregedoria e da Vice-Presidência do TRT-MA, no período de janeiro a dezembro de 2008, na fase de conhecimento foram resolvidos 21.587

processos, com 8.194 acordos. Já na fase de execução, foram encerrados 7.671 processos e firmadas 1.592 conciliações. O relatório destaca também a atuação do Juízo Auxiliar da Execução que recebeu 856 processos e conciliou 377, números superiores aos do ano anterior (470 recebidos e 131 conciliados).

### Processos arquivados definitivamente

Entre as Varas do Trabalho da capital, a 1ª VT foi a que alcançou o primeiro lugar em processos arquivados definitivamente em 2008, com um montante de 1540 arquivamentos. Também foi a Vara Trabalhista de São Luís que zerou o saldo de processos aguardando pagamento de precatório de atualização monetária, ao lado das VT's de Pinheiro, Açailândia, Santa Inês, Estreito, São João dos Patos, Timon e Presidente Dutra. No interior, a Vara de Imperatriz foi a que mais procedeu a arquivamentos definitivos, com um montante de 1937 processos.

O Boletim Estatístico mostra ainda que a Vara de Pinheiro foi a que mais recebeu processos oriundos das Justiças Federal (159 processos) e Estadual (989), totalizando 1148 processos. Em segundo lugar ficou a VT de Barreirinhas, com 480 processos recebidos da Justiça Estadual; e em terceiro, a Vara de Imperatriz, com 103 (Federal) e 10 (estadual). Esse número é resultado da ampliação da cobertura da Justiça do Trabalho no Estado. Desde o primeiro semestre do ano passado, 100% dos municípios são atendidos pela JT.

### Maior número de acordos nas Varas Itinerantes

A Vara do Trabalho de Barreirinhas fechou o maior número de acordos e arrecadou o maior valor para pagamentos a reclamantes, nas atividades da Vara Itinerante, no ano passado. A VT conseguiu 100% de conciliações nas 162 audiências realizadas no município de Humberto de Campos e garantiu o pagamento de R\$ 2 milhões aos reclamantes.

Já a Vara Trabalhista que mais realizou itinerâncias em 2008 foi a de Santa Inês, com quatro deslocamentos para os municípios de Araguañã (duas vezes), Vitória do Mearim e Monção, e realizou 324 audiências. A Vara de Barra do Corda fez 314 audiências, o segundo maior número de audiências registrado nas itinerâncias do ano passado, deslocando por duas vezes a sede da VT para Grajaú.

Os deslocamentos das sedes das Varas Trabalhistas e do Juízo Auxiliar de Precatórios do Maranhão, em caráter itinerante, em 2008, resultaram na realização de 1287 audiências, referentes a 1303 processos, e na concretização de 355 acordos, com R\$ 3.914.685,89 pagos aos reclamantes. Foram 17 deslocamentos feitos pelas Varas de Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Presidente Dutra, Santa Inês, São João dos Patos e, pela primeira vez, o Juízo de Precatórios.

### Menores prazos nos ritos comum e sumaríssimo

Com uma média de quatro dias para julgar reclamações trabalhistas no processo de rito comum, as Varas de Estreito, Santa Inês e Pedreiras foram as que, em 2008, apresentaram o menor prazo para solucionar os processos na fase de conhecimento.

Segundo o artigo 189, do Código de Processo Civil, "o juiz proferirá as decisões no prazo de 10 dias". Na ata de Correição, realizada na VT de Santa Inês, em dezembro do ano passado, ficou consignada a satisfação da corregedora e vice-presidente do TRT-MA pelos prazos alcançados, "um resultado que contribui sobremaneira para a efetividade da prestação jurisdicional".

No segundo e terceiro lugares, com prazos médios de seis e sete dias para prolação de sentença em rito comum, respectivamente, ficaram as Varas de Chapadinha e Pinheiro.

Já as Varas do Trabalho de Chapadinha e Pedreiras levaram, em média, três dias para julgar reclamações em 2008, nos processos de rito sumaríssimo. Foi o menor prazo apresentado pelas 21 Varas do Trabalho do Maranhão. O prazo é contado do dia em que o processo é concluso para julgamento até a data em que o juiz dá a sentença.

### Menos processos pendentes de julgamento

A Vara do Trabalho de São João dos Patos foi, entre as 21 VT's maranhenses, a que apresentou menos processos pendentes de julgamento, remanescentes do ano passado para ser solucionado em 2009, com um saldo de apenas 31 reclamações para julgar. Conforme o Boletim Estatístico, a Vara de Pedreiras, com um saldo de 43 processos, foi a que apresentou o segundo menor número de reclamações pendentes de julgamento.

Na ata de Correição realizada na VT de São João dos Patos no ano passado, ficaram consignadas as iniciativas positivas da Vara do Trabalho, dentre as quais o Mutirão da Conciliação, instituído pela Portaria nº 001/2006, realizado de dois em dois meses; e o Projeto "Justiça Cidadã - a Justiça do Trabalho a Serviço do Cidadão", com atividades de itinerância, cujas ações estão contempladas no Projeto Vara Itinerante desenvolvido pelo TRT-MA.

### Execução em menor tempo

A Vara do Trabalho de Presidente Dutra foi a que mais se destacou no prazo médio para realização de execução, no ano passado. Tanto nas ações de procedimento comum quanto nas ações de rito sumaríssimo, o índice foi o menor entre as 21 VT's. No caso do procedimento co-

mun, o prazo foi de 62 dias para os entes públicos e 29 dias para as empresas privadas. No caso de procedimento sumaríssimo, cujas ações são apenas contra entes privados, o prazo foi de 24 dias.

A segunda e terceira posições ficaram com as Varas de Barreirinhas e Timon, na apresentação de menor prazo para realização de execução em processo de rito sumário, com 38 e 155 dias, respectivamente. Já em rito ordinário, o segundo e terceiro menores prazos para a execução de empresas privadas foram alcançados pelas Varas de Barreirinhas e Balsas, em 52 e 82 dias, respectivamente; e com empresas públicas, a VT de Balsas, com um prazo de 121 dias, ficou na frente de Barreirinhas que teve prazo médio de 331 dias.

### R\$ 17 milhões para reclamantes

A 5ª Vara Trabalhista da capital foi a que recolheu, no ano passado, os maiores valores repassados aos cofres da União, correspondentes a 15% do total arrecadado pelas 21 VT's do Estado: R\$ 1.669.606,33. Foi também a Vara que apresentou os maiores índices de recolhimento em contribuições previdenciárias (R\$ 1.281.819,04) e custas processuais (R\$ 191.358,72) e a VT que mais pagou aos reclamantes, atingindo um montante de R\$ 17.249.011,23.

Com os valores totais de R\$ 7.329.879,96 e R\$ 1.220.135,85, a 2ª Vara do Trabalho de São Luís alcançou os segundos lugares, respectivamente, em pagamento aos reclamantes e arrecadação aos cofres públicos. O terceiro lugar, a título de pagamento autoral, foi da VT de Pinheiro, com R\$ 5.526.085,42. Já a 6ª VT da capital obteve a terceira maior arrecadação aos cofres da União, com o recolhimento de R\$ 1.182.564,01.